

HDI

HDI Global Seguros S.A.

CNPJ nº 18.096.627/0001-53

www.hdiglobalbrasil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do Grupo HDI relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. A HDI Global integra o Grupo HDI, composto pelas seguradoras HDI Seguros, Yelum Seguros, marca Aliro, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Global Seguros S.A., além da Fácil Assist, empresa de assistência 24h, e da Agrega, destinada à prestação de serviços aos corretores. O Grupo HDI pertence ao grupo alemão Talanx. **Ação e Estrutura do Grupo:** Grupo HDI atua no Brasil há mais de 40 anos, com forte presença nos ramos de seguros de automóveis, residenciais e empresariais, buscando constantemente atender às necessidades dos clientes e diversificar sua carteira. O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador da Alemanha, presente em mais de 175 países e com aproximadamente 24 mil colaboradores. A HDI Global traz ao mercado brasileiro as mesmas características que a distingue no mercado internacional: solidez, adoção de soluções inovadoras, foco incondicional nas necessidades do cliente, gerenciamento de riscos e superior gestão de sinistros. **Resultados e Evolução patrimonial:** No exercício de 2025, a HDI Global registrou o total de R\$ 1,8 bilhão de prêmios emitidos (R\$ 1,6 bilhão em 2024). Para sustentar esta operação, a companhia conta com ativos de R\$ 2,8 bilhões (R\$ 2,4 bilhões em 2024) e reservas de R\$ 1,6 bilhões (R\$ 1,4 bilhões em 2024). Todos esses resultados foram fruto de estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua

de processos e avanços digitais que tornaram os produtos ainda mais competitivos no mercado. **Perspectivas e planos da Administração para 2026:** O foco da companhia é oferecer as melhores experiências para clientes, corretores, parceiros e colaboradores, fortalecendo cada dia mais sua cultura e trabalhando fortemente para manter o ótimo desempenho de todas as marcas. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A HDI Global tem distribuído aos seus acionistas valores superiores a esses dividendos mínimos a título de juros sobre capital próprio, sendo que o restante é acumulado nas reservas de lucros para capitalização da Companhia. **Governança corporativa:** Em conformidade com a política adotada pelo Grupo Talanx, a companhia valoriza fortemente a manutenção de controles internos eficazes e o rigoroso cumprimento das políticas e procedimentos definidos pela administração, bem como das legislações e regulamentações aplicáveis (*compliance*). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são formados por executivos de reconhecida experiência e prestígio nos âmbitos nacional e internacional. Além disso, o Grupo HDI dispõe de uma estrutura robusta de controle interno, que inclui funções específicas de *compliance* e gestão de riscos, plenamente alinhadas aos princípios e exigências estabelecidos pelos normativos do CNSP e da SUSEP.

Cumprimento das Disposições sobre Política de Equidade previstas na Lei nº 15.177/2025

Tabela - Política de Equidade (Lei nº 15.177/2025) - Grupo HDI			
Indicador	2025	2024	
Mulheres - Líderes	36%	35%	
Mulheres - Não Líderes	56%	54%	
Executivos - Mulheres	16%	17%	
Conselho - Mulheres	17%	14%	
Remuneração feminina vs. masculina - Líderes	78%	77%	
Remuneração feminina vs. masculina - Não Líderes	79%	81%	
Indicadores baseados em salário mediano e remuneração média (fixa, variável e eventual). A metodologia compara grupos amplos sem considerar função específica, área, senioridade ou desempenho, não atendendo aos critérios da Lei 14.611/2023 e do art. 461 da CLT, que exigem comparação por função equivalente ou trabalho de igual valor. Agradecimentos: Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pela parceria contínua e pela confiança que nos é depositada; aos nossos clientes, pela preferência; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dedicadas; e aos nossos colaboradores, pelo comprometimento e dedicação incansáveis.			
São Paulo, 24 de fevereiro de 2026			

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2025	2024
Prêmios emitidos.....	19.1	1.755.444	1.637.448
Variações das provisões técnicas de prêmios....	19.2	(132.972)	(278.299)
PRÊMIOS GANHOS		1.622.472	1.359.149
Sinistros ocorridos	19.3	(397.926)	(501.586)
Custos de aquisição	19.4	(108.530)	(99.166)
Outras receitas e despesas operacionais	19.5	(494)	(2.038)
Resultado com resseguro.....	19.6	(992.177)	(641.101)
Receita com resseguro.....		302.676	408.164
Despesa com resseguro.....		(1.294.853)	(1.049.265)
Despesas administrativas.....	19.7.1	(51.079)	(64.130)
Despesas com tributos.....	19.7.2	(23.959)	(25.077)
Resultado financeiro.....	19.8	48.348	60.654
RESULTADO OPERACIONAL.....		96.655	86.704
Ganhos ou perdas com ativos não correntes.....		(83)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES.....		96.572	86.704
Imposto de renda.....	19.9	(19.241)	(17.658)
Contribuição social.....	19.9	(12.099)	(11.145)
Participações sobre o lucro.....		(5.654)	(767)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....		59.578	57.134
Quantidade de ações.....		101.247.289	101.247.289
Lucro líquido por ação - R\$.....		0,59	0,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	59.578	57.134
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	9.339	(20.416)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	(3.736)	8.166
Perdas esperadas de ativos financeiros	-	1
Resultados abrangentes	5.603	(12.249)
Total dos resultados abrangentes	65.181	44.885
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	59.578	57.134
Ajustes para:		
Variações das provisões técnicas de prêmios	132.972	278.299
Varição do custo de aquisição diferido	(25.756)	(9.498)
Varição da despesa de resseguro	(126.253)	(256.056)
Depreciações e amortizações	1.366	1.227
Perdas esperadas de ativos financeiros	(555)	1.303
Varição nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(172.008)	(47.085)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(84.959)	(304.597)
Outros créditos operacionais	845	(495)
Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas	34.201	(17.643)
Títulos e créditos a receber	1.602	(1.285)
Outros valores e bens	3.657	(206)
Despesas antecipadas	(148)	66
Custos de aquisição diferidos	216	(257)
Contas a pagar	49.478	6.031
Débitos de operações com seguros e resseguros	105.172	282.235
Depósito de terceiros	151.907	(3.720)
Provisões técnicas - seguros	(28.634)	41.664
Outros débitos	(3.353)	(456)
Caixa gerado pelas operações	99.328	26.658
Impostos sobre o lucro pago	(31.055)	(32.804)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	68.273	(6.146)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(40)	(521)
Venda de imobilizado e intangível	455	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	415	(521)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(76.680)	(11.429)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(76.680)	(11.429)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(7.992)	(18.096)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.610	29.706
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.618	11.610
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(7.992)	(18.096)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

danças previstas. **Implementação global das regras do modelo “Pilar Dois” da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois, que visam reformar a tributação corporativa internacional para garantir que grupos multinacionais paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva calculada nesse modelo é denominada GloBE effective tax rate. Essas regras dependem de aprovação pela legislação local de cada país. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, permitindo isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes da implementação do Pilar Dois. No Brasil, a Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, instituiu, a partir de 1º de janeiro de 2025, um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas multinacionais, como parte da adaptação às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE). O objetivo é garantir tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados, alinhando-se ao modelo da OCDE e assegurando que os tributos sejam recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados. A Companhia realizou o teste de *safe harbor* e não espera aumento da carga tributária no Brasil em decorrência da aplicação das referidas regras.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário disponível em caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras com vencimento original inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição, que apresentam insignificante risco de alteração no valor justo. Esses ativos são utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia e estão registrados na rubrica “caixa e bancos” nas demonstrações financeiras. **3.2. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*). **Modelo de negócios:** representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. *SPPI Test:* avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes.

continua →

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2025	2024	PASSIVO	Nota	2025	2024
CIRCULANTE		2.401.150	2.120.637	CIRCULANTE		2.499.783	2.166.132
Disponível		3.618	11.610	Contas a pagar	13	63.582	94.918
Caixa e bancos		3.618	11.610	Obrigações a pagar		27.122	72.715
Aplicações	5	258.937	180.271	Impostos e encargos sociais a recolher		32.208	15.657
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	789.587	696.890	Encargos trabalhistas		2.289	2.521
Prêmios a receber	6b	609.138	457.339	Impostos e contribuições		1.635	2.684
Operações com seguradoras		42.260	31.644	Outras contas a pagar		328	1.341
Operações com resseguradoras		138.189	207.907	Débitos de operações com seguros e resseguros	14	782.250	675.033
Outros créditos operacionais		4.266	5.111	Prêmios a restituir		-	1.279
Ativos de resseguros e retrocessão	7a	1.265.381	1.173.207	Operações com seguradoras		33.375	44.523
Títulos e créditos a receber		6.740	5.428	Operações com resseguradoras		677.749	586.298
Títulos e créditos a receber	8.1	469	532	Corretores de seguros e resseguros		71.126	42.807
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	5.420	4.463	Outros débitos operacionais		-	126
Outros créditos		851	433	Depósitos de terceiros	15	177.434	25.527
Outros valores e bens	9a	310	640	Depósitos de terceiros		177.434	25.527
Bens à venda		310	640	Provisões técnicas - seguros	16	1.476.464	1.369.712
Despesas antecipadas		220	72	Danos		1.476.408	1.369.652
Custos de aquisição diferidos	10	72.091	47.408	Pessoas		56	60
Seguros		72.091	47.408	Outros débitos	9c	53	942
ATIVO NÃO CIRCULANTE		353.653	269.178	Débitos diversos		53	942
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		351.114	264.859	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		80.491	87.326
Aplicações	5	315.074	212.395	Contas a pagar	13	88	-
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	11.946	19.128	Tributos diferidos		18	-
Prêmios a receber		11.946	19.128	Outras contas a pagar		70	-
Ativos de resseguros e retrocessão	7a	4.110	4.232	Débitos das operações com seguros e resseguros	14	2.972	5.017
Títulos e créditos a receber		8.993	15.643	Operações com seguros		204	518
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	8.993	15.643	Corretores de seguros e resseguros		2.768	4.499
Outros valores e bens	9a	98	3.425	Provisões técnicas - seguros	16	77.127	79.541
Custos de aquisição diferidos	10	10.893	10.036	Danos		77.127	79.541
Seguros		10.893	10.036	Outros débitos	17	304	21
IMOBILIZADO	11	13	596	Provisões judiciais		304	21
Bens móveis		13	596	Débitos diversos	9c	-	2.747
INTANGÍVEL	12	2.525	3.722	Débitos diversos		-	2.747
Outros intangíveis		2.525	3.722	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	174.530	136.358
TOTAL DO ATIVO		2.754.803	2.389.815	Capital social		146.408	72.947
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				Reservas de lucros		32.569	73.461
				Ajuste de avaliação patrimonial		(4.447)	(10.050)
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.754.803	2.389.815

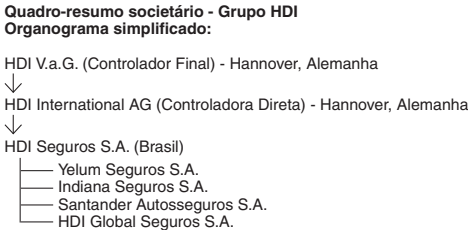
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	72.947	6.393	86.697	2.198	-	168.235
Ajuste adoção inicial CPC 48	-	-	(1.334)	1	-	(1.333)
Distribuição de dividendos	-	-	(64.000)	-	-	(64.000)
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	-	-	-	(12.250)	-	(12.250)
Perdas esperadas de ativos financeiros	-	-	-	1	-	1
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	57.134	57.134
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	-	2.857	-	-	(2.857)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	42.848	-	(42.848)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(11.429)	(11.429)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	72.947	9.250	64.211	(10.050)	-	136.358
Aumento de capital - AGE de 26/02/2025 - Portaria CGRAJ/SUSEP N. 2526 de maio de 2025	73.461	(9.250)	(64.211)	-	-	-
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	-	-	-	5.603	-	5.603
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	59.578	59.578
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	-	2.979	-	-	(2.979)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	29.590	-	(29.590)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(12.680)	(12.680)
Dividendos	-	-	-	-	(14.329)	(14.329)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	146.408	2.979	29.590	(4.447)	-	174.530
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HDI Global Seguros S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de ramos elementares e vida em todo o território nacional. O endereço da sede da Companhia é Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110 - Brooklin Novo, São Paulo. A Companhia integra o Grupo Talanx, conglomerado segurador com sede em Hannover, Alemanha. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador final é a HDI V.a.G., ambas sediadas na Alemanha. **Quadro-resumo societário - Grupo HDI: Organograma simplificado:**



• **HDI Seguros S.A.** - Seguradora autorizada pela SUSEP a operar em ramos elementares e vida, responsável pela consolidação das operações do Grupo HDI no Brasil. • **Yelum Seguros S.A.** - Especializada em seguros de automóveis e ramos massificados, integrada ao Grupo HDI em 2023. • **Indiana Seguros S.A.** - Foco em seguros de automóveis e produtos para nichos específicos. • **Santander Auto Seguros S.A.** - Operações voltadas para seguros de automóveis, em parceria com o Banco Santander. • **HDI Global Seguros S.A.** - Seguradora com foco em grandes riscos corporativos e industriais, consolidada pela HDI Seguros S.A. após reorganização societária em 2025. Como parte das iniciativas de reestruturação do Grupo HDI, foi assinada, em 14 de fevereiro de 2025, uma Carta de Intenções (*Letter of Intent*) entre os acionistas da HDI Global Seguros S.A. e a HDI International AG, formalizando a intenção de realizar uma reorganização societária intra-grupo, com implementação ocorrida para 1º de abril de 2025. Essa reorganização envolveu a alteração do controle direto da HDI Global Seguros S.A., sem mudança no controlador final. Após o fechamento da operação (*“closing”*), todas as atividades da HDI Global Seguros S.A. passaram a ser consolidadas pela HDI Seguros S.A., reforçando a integração operacional e estratégica do grupo. Em complemento à reorganização, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2025, o aumento de capital da HDI Seguros S.A. no valor de R\$ 140.973 milhões, mediante emissão de 7.608 ações ordinárias. As ações foram subscritas e integradas pela acionista HDI International AG, por meio da conferência de ações da HDI Global S.A. à Companhia. A operação encontra-se homologada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (PORTARIA/DIORE/SUSEP N°86 de 21 de outubro de 2025). Com a conclusão do processo, a Companhia passa a deter 100% do capital social da HDI Global S.A., consolidando sua estrutura de controle e fortalecendo sua posição estratégica no mercado.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI GLOBAL SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Caso o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv. Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado, ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **v. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: **SPPI test:** O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest Test*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de observação em adequação as normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto e país. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes, etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, de AA+, para AA) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseando-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior. **Estágio 2 para estágio 3:** *Default* ou iminência de *default* da contraparte; baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. **vi. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo**

amortizado: A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **3.3. Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguro são apresentados de forma segregada, evidenciando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência desses contratos não exime a Companhia de suas responsabilidades perante os segurados. Ativos de resseguro: compreendem os prêmios de resseguro diferidos e os valores a recuperar relativos às indenizações pendentes de liquidação ou já pagas aos segurados. Passivos de resseguro: incluem os prêmios de resseguro a liquidar, as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos de cessão de riscos, bem como os adiantamentos de sinistros. **3.4. Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. **3.5. Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando resultam em benefícios econômicos futuros mensuráveis com confiabilidade. Despesas de reparo e manutenção são reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorrem. A depreciação é calculada pelo método linear e reconhecida no resultado ao longo da vida útil estimada dos bens. **3.6. Ativo intangível:** São classificados como ativo intangível os *softwares* desenvolvidos internamente, licenças de uso de *softwares* de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos *hardwares* e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **3.7. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21, suas alterações posteriores, e com a Resolução CNSP nº 432/21, observando critérios, parâmetros e fórmulas definidos nas Notas Técnicas Atuariais (NTA). A seguir, descrevem-se as principais provisões: **Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE):** corresponde à parcela da receita a ser apropriada pelo regime de competência, considerando o prazo de cobertura dos riscos assumidos e já emitidos na data-base. É calculada pelo método *pro rata die* sobre o prêmio comercial, incluindo cosseguro aceito, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido. **Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE):** complementa a PPNG-RVE, abrangendo riscos assumidos cujas apólices ainda não foram emitidas. O cálculo utiliza metodologia baseada em triângulos de *run-off*, considerando o intervalo entre início de vigência e emissão das apólices do histórico de emissões, acrescido das informações conhecidas na data-base. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** refere-se à estimativa de pagamentos para sinistros avisados e pendentes de liquidação, brutos de resseguro e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido. Os valores são atualizados monetariamente. **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** destinada à cobertura de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. É calculada com base em metodologias atuariais consagradas, incluindo Desenvolvimento de Sinistros Avisados (DFM), Sinistralidade Esperada e *Bornhuetter-Ferguson (BF)*, utilizando triângulos de *run-off*. Aplica-se desconto financeiro sobre fluxos futuros, utilizando taxas prefixadas da Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETJT). **Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER):** realizado de forma agregada para sinistros não pagos, com base em metodologias como Desenvolvimento de Sinistros e *Bornhuetter-Ferguson*. Aplica-se desconto seguindo o mesmo critério descrito em IBNR. **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** abrange despesas esperadas com sinistros ocorridos, incluindo Despesas Alocáveis (ALAE), Não Alocáveis (ULAE) e sucumbência. • **ALAE e Sucumbência:** Estimadas com base em histórico e triângulos de *run-off*. • **ULAE:** Calculada pela relação entre despesas e indenizações pagas, via teste de consistência. **Política de Atualização e Revisão das Metodologias:** As metodologias utilizadas para constituição das provisões técnicas são periodicamente revisadas e atualizadas, conforme exigências regulatórias, evolução da carteira, disponibilidade de novas informações e melhores práticas atuariais. Essas revisões são formalizadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA), garantindo aderência às normas da SUSEP e à Resolução CNSP nº 432/21. **3.8. Teste de adequação dos passivos (TAP):** Em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, a Companhia realiza o teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base. Os contratos são agrupados por ramos, conforme a Circular SUSEP nº 682/22, considerando a homogeneidade de riscos. O teste consiste na

comparação entre o valor contábil das provisões técnicas e a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes, trazidos a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETJT), opção prefixada, conforme determinações da SUSEP. Os fluxos incluem sinistros ocorridos (avisados e não avisados), sinistros a ocorrer, despesas administrativas, impostos e recuperações, considerando premissas atuariais fundamentadas em histórico contábil e expectativas de evolução da carteira. Caso seja identificada insuficiência, a Companhia reconhece imediatamente a perda no resultado do período, mediante constituição de provisões adicionais aos passivos de seguros. A referida insuficiência somente deve ser contabilizada se apurada no total, ou seja, considerando a soma de todos os agrupamentos. Para a data-base de 31 de dezembro de 2025, o TAP não indicou necessidade de ajuste nas provisões técnicas. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade por agrupamento de ramos, baseada em série histórica de até 60 meses, resultando em sinistralidade global de 33,45%. O resultado do TAP de prêmios não registrados foi apurado pela diferença entre os prêmios futuros estimados e os sinistros a ocorrer, acrescidos das respectivas despesas, deduzidos dos custos de aquisição e cancelamento. O resultado consolidado do TAP está apresentado abaixo.

Grupo de ramo	Provisões		Fluxo
	contabilizadas	realista	
Patrimonial.....	639.417	196.371	(443.046)
Responsabilidades	133.837	26.199	(107.637)
Transporte	34.106	16.641	(17.464)
Total	807.360	239.212	(568.148)

Política de Atualização e Revisão das Metodologias: As metodologias utilizadas no TAP são revisadas periodicamente, considerando exigências regulatórias, evolução da carteira, disponibilidade de novas informações e melhores práticas atuariais. **3.9. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos decorrentes de operações de seguros e resseguros e depósitos de terceiros. Esses passivos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável. As obrigações são baixadas quando liquidadas ou quando não houver expectativa de saída futura de recursos para sua quitação. **3.10. Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos aos empregados são registrados no grupo de Despesas Administrativas, sob a rubrica Despesas com Pessoal, conforme as seguintes técnicas de mensuração: Benefícios de curto prazo e por desligamento são mensurados pelo valor não descontado que se espera pagar quando a obrigação é liquidada. Planos de contribuição definida são reconhecidos pelo valor das contribuições devidas no período. A Companhia não concede benefícios pós-emprego definidos nem planos de remuneração baseados em ações. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20 mil por mês. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com Imposto de Renda e CSLL compreende os valores reconhecidos no resultado, exceto quando relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. • **Imposto corrente:** corresponde ao valor a pagar sobre o lucro tributável, calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. • **Imposto diferido:** reconhecido sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais. Um ativo de imposto diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias quando for provável a existência de lucros futuros tributáveis suficientes para sua realização. Esses ativos são revisados a cada data de balanço e desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam sua utilização. **3.12. Provisões judiciais:** As provisões são constituídas pelo valor estimado dos desembolsos relacionados a ações judiciais em curso cuja probabilidade de desembolso futuro seja considerada provável, conforme avaliação da Administração e dos assessores jurídicos. Contingências ativas não são reconhecidas até que haja decisão favorável definitiva ou celebração de acordo. **3.13. Classificação dos contratos de seguro:** São classificados como contratos de seguro aqueles em que a Companhia assume risco de seguro significativo do segurado, comprometendo-se a indenizá-lo caso ocorra evento futuro, incerto e específico que lhe cause prejuízo. Os contratos de resseguro são tratados como contratos de seguro, por também transferirem risco significativo. **3.14. Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os custos de aquisição são reconhecidos na emissão das apólices ou no início da vigência do risco, quando aplicável, e apropriados linearmente ao longo do período de cobertura, por meio da constituição e reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos e dos Custos de Aquisição Diferidos. Os juros cobrados sobre parcelamento de prêmios são diferidos e apropriados ao resultado no mesmo prazo do parcelamento. As despesas e receitas de resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios correspondentes, enquanto as relativas a resseguros não proporcionais são apropriadas conforme o período de cobertura dos contratos. **3.15. Arrendamentos:** Conforme CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente ao *IFRS 16*), um contrato é ou contém arrendamento quando transfere ao arrendatário o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, mediante contraprestação. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece: Ativo de direito de uso, mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, ajustado por remensurações do passivo. Passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros implícita no contrato ou, quando não determinável, pela taxa incremental de empréstimo, definida como a taxa que a Companhia pagaria para obter financiamento para aquisição de ativo similar em condições equivalentes. A Companhia optou pela utilização da taxa incremental para mensuração dos passivos de arrendamento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilm Langenbach - Presidente
Nicolas Masjuan - Vice-Presidente
Maximiliano Javier Casas Sanchez
Guillermo Eduardo Leon

O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da HDI Seguros S.A.

DIRETORIA

Eduardo Stefanello Dal Ri - Diretor Presidente
Reinaldo Amorim Lopes - Diretor Vice-Presidente
Igor Di Beo - Diretor Vice-Presidente
Karen Ferraz de Aguiar Schiavon - Diretora de Controles Internos

Rogério do Nascimento
Contador
CRC 1SP259014/O-4

Mirela Barboza Pontes
Atuária Responsável Técnico
MIBA 1916

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES E DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Administradores da HDI GLOBAL SEGUROS S.A. - “As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente, relatório do auditor atuarial independente sobre a Auditoria Atuarial, sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>. Os referidos relatórios do auditor independente e do auditor atuarial independente

sobre essas demonstrações contábeis foram emitidos em 2026, sem modificações.” O relatório do auditor independente foi emitido em 26 de fevereiro de 2026, e o relatório do auditor atuarial independente em 26 de fevereiro de 2026.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

ESTADÃO RI

CONTE COM A CREDIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA DO ESTADÃO PARA PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS



PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE



A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês

ESTADÃO 150